

MEDIAÇÃO, CONFLITOS E RESISTÊNCIA: O PAPEL POLÍTICO DOS LÍDERES NATIVOS NA LUTA ANTICOLONIAL NA REGIÃO DE CACHEU – GUINÉ- BISSAU (1884 -1973)

**MEDIATION, CONFLICT, AND RESISTANCE: THE POLITICAL ROLE OF
NATIVE LEADERS IN THE ANTICOLONIAL STRUGGLE IN THE CACHEU
REGION –GUINEA-BISSAU (1884–1973)**

Ciências Humanas • 06/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788449225](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788449225)

Justen da Costa¹

RESUMO

O artigo foca na agência histórica dos líderes nativos da região de Cacheu que desempenharam, como estratégia de resistência, um posicionamento de colaboração e mediação nas situações de embates e conflitos, durante os contextos da administração colonial portuguesa na Guiné-Bissau, do período da realização da Conferência de Berlim à descolonização, em 1973. Para conduzir a análise, foi feito levantamento bibliográfico por meio de pesquisa e recursos de buscas em fontes digitais, artigos, revistas, além de fontes secundárias em livros e cartografias. Os resultados da análise destacam a importância que as lideranças locais tiveram, enquanto intermediavam relações comerciais e administrativas com os colonizadores portugueses, buscando preservar os interesses e as tradições de seus povos, em meio às ações de controle colonial. Dos primeiros contatos entre os portugueses e os habitantes locais, caracterizado por intercâmbios e alianças, aos conflitos decorrentes das constantes tensões, as populações nativas desenvolveram formas de resistência, através da manutenção de suas práticas culturais e no reconhecimento dos seus líderes e suas tradições. Assim, a análise revela a complexidade de tais relações, na delimitação espacial de Cacheu, como uma região historicamente decisiva para a implementação do sistema colonial na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: descolonização - Cacheu (Guiné-Bissau) - história; Guiné-Bissau - período colonial 1884-1973.

ABSTRACT

This article focuses on the historical agency of native leaders from the Cacheu region to perform, as a resistance strategy, a position of collaboration and mediation in situations of clashes and conflicts, during the contexts of the Portuguese colonial administration in Guinea- Bissau, during the period of from the Berlin Conference to

decolonization, in 1973. To conduct the analysis, the data collection technique was adopted through bibliographical research and search resources in digital sources, articles, magazines, as well as secondary sources in books and cartography. The results of the analysis highlight the importance that local leaders had, as they brokered commercial and administrative relations with Portuguese colonizers, seeking to preserve the interests and traditions of their people, amid colonial control actions. From the first contacts between the Portuguese and local inhabitants, characterized by exchanges and alliances, to conflicts arising from constant tensions, native populations developed forms of resistance, through the maintenance of their cultural practices and the recognition of their leaders and their traditions. Thus, the analysis reveals the complexity of such relationships, in the spatial delimitation of Cacheu, as a historically decisive region for the implementation of the colonial system in Guinea-Bissau.

Keywords: decolonization - Cacheu (Guinea-Bissau) - history; Guinea-Bissau - colonial period 1884-1973.

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau, na África Oeste, antiga colônia de Portugal, faz fronteira ao norte com a República do Senegal e ao leste e sul com a República da Guiné-Conakry. O território é banhado ao oeste pelo Oceano Atlântico, e está dividido em oito regiões administrativas: Bafatá, Biombo, Bolama, Bijagós, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali. Antes da chegada dos portugueses, os povos autóctones encontravam-se organizados em grupos étnicos, com uma articulação política e social própria e uma economia que lhe garantia uma relativa autonomia. Neste contexto encontra-se a região de Cacheu que fica situada ao norte da Guiné-Bissau, que

tem capital o mesmo nome, ocupando a costa que vai do Rio Cacheu ao Rio Mansoa, além de uma parte constituída pelas ilhas de Pecixe, Jeta e Caio. Essa região é dividida em seis setores: Bigene, Bula, Cacheu, Caio, Canchungo e São Domingos (Gomes, 2019). Historicamente, na região existia um grande reino² que pertencia a três povos, os Papeis, os Manjaco e os Burames. Esse reino que é de Bassarel tinha sob sua dependência cerca de vinte e seis pequenos chefiados, que formavam um só grupo político cujo centro da decisão residia em Bassarel (Ribeiro, 1989).

Em termos históricos e da historiografia sobre o país, a atual Guiné-Bissau fazia parte do Reino de Kaabu que pertencia ao Império do Mali. Partes deste Reino persistiram até o século XVIII. Kaabu tinha uma economia e uma elite política própria, com origens no século XIII, formada por guerreiros mandingas vindos do Mali e liderados por Tiramakhan Traoré³ (Virginio, 2017). Sendo assim, percebe-se que antes da colonização os poderes tradicionais na Guiné-Bissau já estavam corroborados, anteriormente ao poder implementado durante a dominação portuguesa na Guiné-Bissau.

Após a conferência de Berlim⁴, realizada entre 1884 e 1885, a Guiné-Bissau foi alvo da ocupação portuguesa. Na época diferentes potências europeias estavam em disputas pela exploração das matérias-primas e recursos naturais em África. É sobre esta delimitação que o presente artigo observa o papel desempenhado pelas chefias locais da região de Cacheu, frente a colonização portuguesa na Guiné-Bissau, e a sua agência histórica nos processos de resistência. A análise busca trazer uma abordagem historiográfica, possibilitando assim uma maior compreensão sobre o tema, ao suscitar novos debates.

Sobre o contexto pós-Conferência de Berlim, houve grandes mudanças no que concerne às transformações e demarcações nos territórios do continente africano. Mudanças essas, marcadas pela ocupação, dominação e a efetivação da administração colonial europeia no continente africano. No caso da Guiné-Bissau, durante o processo de implantação da administração colonial portuguesa houve muitos conflitos e ataques entre os portugueses e os povos nativos, ou seja, os habitantes que ocupavam o atual território guineense e que resistiam à dominação dos portugueses (Una, 2017).

Portugal, muito antes da conferência de Berlim, já tinha presença na Guiné-Bissau através da instalação e criação de entrepostos comerciais na região de Cacheu, com a exploração e acordos com os chefes locais. Após a Conferência, os tratados tornaram-se instrumentos relevantes para garantir a ocupação. Segundo Uzoigwe (2010), no período de 1880 a 1914 o continente africano foi retalhado politicamente e efetivamente ocupado pelas nações europeias industrializadas, o que corresponde a uma época de guerras, tensões e transformações.

Foi nesta conferência que se estabeleceram as linhas da divisão da África entre as potências imperialistas, originando um novo mapa geográfico do continente africano maquiado com o rosto do colonialismo. O objetivo desta conferência era a defesa dos interesses das grandes potências sem, contudo, ter em conta as questões socioculturais e políticas das sociedades africanas (Monteiro, 2013, p.88).

Com a realização dessa conferência, diferentes potências europeias começaram a controlar os territórios africanos. Portugal esteve entre as primeiras potências a chegar à África e ao estabelecer colônias, e desempenhou um controle sobre o destino da produção das colônias, passando a cobrar os impostos. E através desses produtos e impostos a metrópole constituiu fontes de rendimentos para os seus cofres (Una, 2017).

Com base nesta assertiva, o presente trabalho tem como foco analisar e compreender sobre o papel desempenhado pelas chefias locais, líderes dos povos endógenos da região de Cacheu, durante o implante do sistema administrativo colonial na Guiné-Bissau. Ademais busca descrever as relações dos portugueses com a população guineense, ao refletir sobre as causas que levaram os povos nativos a resistir durante esse processo. Este trabalho promove um diálogo entre uma historiografia convencional e crítica.

Estruturalmente, o artigo está dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, fez-se uma contextualização historiográfica sobre os primeiros contatos e a implantação da administração colonial na região de Cacheu. Na segunda parte, discutimos o papel desempenhado pelos líderes nativos na região de Cacheu, marcadamente entre mediações e acordos, e paradoxalmente como ações de resistência.

2. DOS PRIMEIROS CONTATOS À IMPLANTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NA REGIÃO DE CACHEU

Durante esse período importante da história da Guiné-Bissau, ocorreram uma série de eventos, desde os primeiros encontros entre

os exploradores europeus e as populações locais até a consolidação do domínio colonial português.

Os portugueses começaram a ocupação nessa região em 1588, sob a regência da administração do arquipélago de Cabo Verde, quando as primeiras feitorias foram construídas em Cacheu que foi a primeira capital da Guiné portuguesa e que fornecia ao governo colonial diversos produtos. Tornou-se a principal referência dos portugueses para o acesso aos outros territórios. Foi no Rio Cacheu que se iniciou o primeiro embarque dos escravos guineenses para outros países, na época em que ficou conhecida como o caminho de escravos, quando eram embarcados e levados para serem vendidos para outras zonas em África e nos espaços coloniais das Américas (Monteiro, 2013).

Figura 1. Cartografia da Guiné Portuguesa

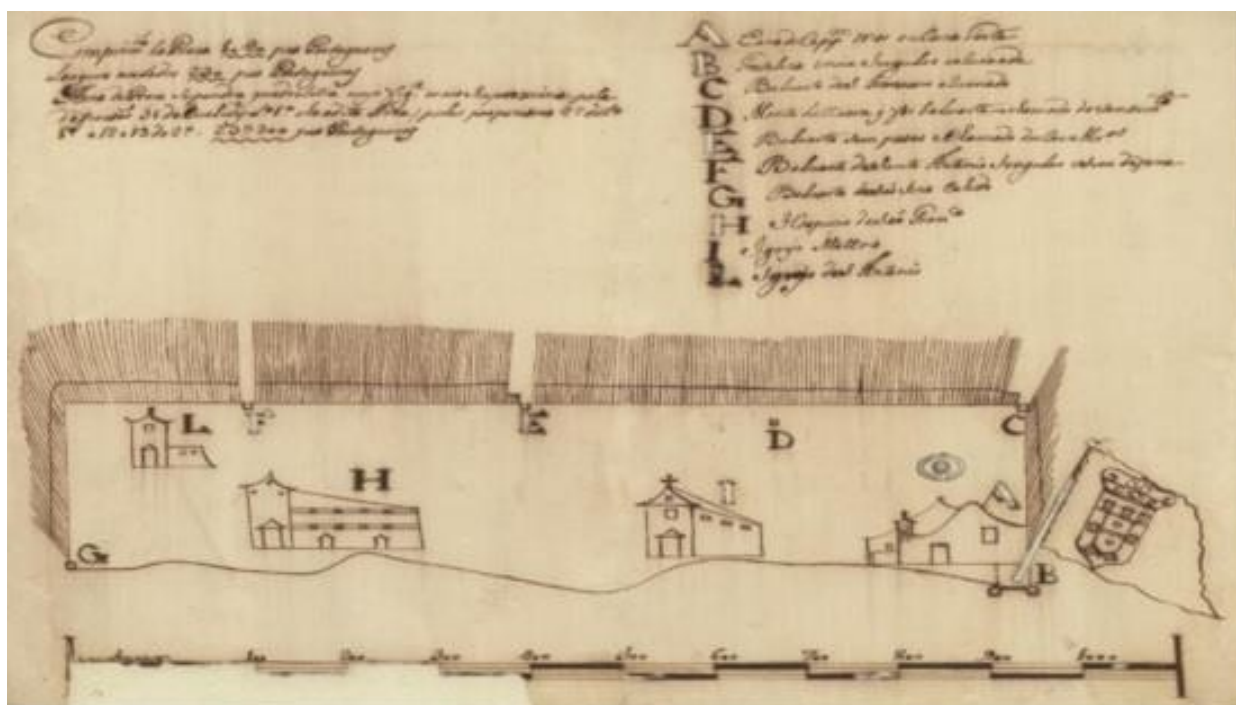


Fonte: Carta da Colônia Guiné. Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170353/cart170353.jpg.

Acesso em 04.04.2026

Figura 2. Praça de Cacheu – Planta Militar⁵



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Antes do século XIX, Portugal não conseguiu garantir o domínio sobre todo o território da Guiné e limitou-se ao controle dos rios, o que facilitaria o comércio de escravos. Como colônia de exploração, foi somente a partir do primeiro terço do século XX que podemos considerar a atual Guiné-Bissau como um território dominado pelos portugueses (Uma,2017).

Conforme Ribeiro, quando os portugueses chegaram à Guiné, a dominação mandinga na atual Guiné-Bissau era uma realidade a que estes não puderam escapar. Segundo Marques, citado por Ribeiro

[...] não há muito tempo que as mandingas eram senhoras de quase todos os territórios da nossa Guiné, e muitos povos que habitam próximo das costas do Atlântico, tais como Biafadas, junto da embocadura do rio de Kabu, chefe principal das mandingas que mais tarde foi derrotado pelos Futa-fulas capitaneadas pelo Almamy” (Ribeiro, 1989).

Como pode ser observado nas fontes cartográficas, a geografia destes territórios muito determinou as operações e os fluxos comerciais na região de Cacheu.

Figura 3. Regiões ocupadas pelas colunas de operações ao Oio, Cacheu e os Balantas⁶



Fonte: Arquivo Historico Ultramarino. Croquis das regiões ocupadas pelas colunas de operações ao Oio, a Cacheu e aos balantas.- Escala de 1 / 250 : 000.- [Guiné] : [s.n.], [ca. 1914].- 1 mapa : papel empastado em tecido,color. , ms. ; 39,5 x 64 cm. Anexo a AHU-MU-DGC-R Militar-Gerais, cx. 11, "relatório de operações ao Cacheu, de 1914, Agosto, 10, (1911-1915) 1L Guiné / Oio / Cacheu / Balantas / Operações militares / Mapa político / [ca. 1914]. PT/AHU/CARTM/049/01333.: agosto, 1914.

Nos primeiros momentos os portugueses optaram por estabelecer relações com os régulos, os “chefes locais”, sobretudo aqueles que ocupavam as zonas costeiras e as vias fluviais, com o intuito de se conseguir total apoio para conquistar outras zonas. Faziam comércio escravistas e ofereciam aos chefes locais diversos presentes, e em troca os régulos lhes davam territórios para construírem casas. Segundo Monteiro, os portugueses tentaram estabelecer relações com os chefes tradicionais africanos, a fim de conseguir o total apoio e a inserção no interior do continente. Em troca dessa relação, ofereciam acordos e faziam falsas promessas para os líderes locais, enfatizando sempre o interesse em estabelecer comércio dos produtos existentes no continente (Monteiro, 2013). No mesmo sentido, M´Bokolo (2011) salientou que os estados europeus, desde o início da colonização, perceberam que a África tinha várias riquezas naturais e por isso, decidiram promover a assinatura de

tratados com os reis e chefes locais dos territórios que cobiçavam, no sentido de ganhar total confiança das lideranças locais.

Na região de Cacheu os portugueses tentavam controlar a atividade dos seus agentes e dos chefes locais, para conquistar condições para a estabilidade de relações comerciais. Ao mesmo tempo, num período em que Portugal via-se com uma crescente falta de mão de obra, o comércio africano, naquele contexto, desenvolveu um papel importante para a economia portuguesa, quando os negociantes portugueses olharam com mais atenção a exportação de escravos de Bissau e Cacheu para um comércio promissor, o que impactou rapidamente na economia local e nos interesses dos próprios chefes locais (Ribeiro, 1989).

Segundo Munanga (2018), alguns líderes africanos dos estados pré-coloniais participaram do tráfico de escravizados, não só com base nas relações diplomáticas, mas sim como intermediários dos traficantes árabes e europeus. Por outro lado, Monteiro (2013), afirmou que os séculos XV e XVI foram marcados por uma parceria econômica entre os chefes locais africanos e os mercadores europeus, por tratados que envolviam itens como ouro, açafrão, marfim, perola, cobre, cerâmicas, além da exportação de seres humanos escravizados, visto como forma de se obter riqueza. Esse processo trouxe um enfraquecimento do continente africano e resultou guerras internas entre reinos na África ocidental.

Depois da ocupação efetiva e do domínio português na região de Cacheu, os sistemas de sucessão ao poder local mudaram em muitos regulados. O Rei Manjaco de Bassarel, foi substituído pelo governador regional português em Canchungo, como a autoridade política nessa região. Isso não contentava a muitos régulos, pois a

administração colonial portuguesa colocava e apoiava candidatos economicamente poderosos e que não tinham perfil adequado para assumir liderança de acordo com critérios tradicionais (Crowley, 1993).

Carvalho (2003) demonstrou que, entre 1912 e 1915, o governo colonial procurou modificar o sistema políticos dos povos nativos, colocando nos cargos de régulos pessoas da sua confiança, com o objetivo de controlar a população, pagar impostos, e recrutar forçosamente mão-de-obra para os trabalhos coletivos. É importante salientar que na Guiné-Bissau o colonialismo teve três características que são: o sistema direto, que consistia na administração feita por agentes da metrópole, os portugueses, e o sistema indireto, onde o governo colonial utilizava agentes locais a serviço do interesse da metrópole. E por último o sistema misto, que combinava as duas modalidades acima mencionadas.

Entre os anos de 1907 a 1908, os portugueses notaram que para não perder alguns territórios foi preciso cobrar impostos, já que a administração portuguesa viu-se frágil frente à pobreza, à precariedade das suas instalações, à fraqueza das suas tropas e do seu armamento, e isso exigiu investimentos, a fim de convencer a cobrança de impostos. O governador Oliveira Muzanty foi fundamental nesse processo, e começou a recrutar tropas locais para formar atiradores indígenas guineenses, que cobravam impostos sem nada dar, em contrapartida, aos habitantes (Pélissier, 2001). Percebe-se então, que desde o início da colonização as relações circulavam em torno da exploração das colônias.

Crowley na sua obra “Chefes de posto e chefes da terra, dinâmicas de dominação e autodeterminação na região de Cacheu” (1993),

demostrou três políticas que foram mais marcantes para os povos nativos da região de Cacheu: os impostos, o trabalho forçado, e o cultivo de culturas de exportação. Os impostos baseavam-se no número de pessoas em cada casa de família, e adicionais eram aplicados sobre extração de vinho de palma e gado. Além disso, os nativos tinham que pagar pequenas taxas para registarem os nascimentos, casamentos e falecimentos. Durante anos os portugueses mandavam soldados para aldeias a fim de cobrar os impostos para assegurar o cumprimento da lei.

Por outro lado, os agricultores foram obrigados a aumentar a sua produção e comercialização de culturas de rendimento. Com o aumento da produção agrícola, o governo português esperava aumentar as receitas nacionais e estimular o comércio e as exportações. Quanto ao trabalho forçado, os habitantes dessa região eram recrutados para ajudar nas construções e manter as estradas, pontes, portos, prédios administrativos, e a plantar as árvores ao longo das estradas. Na Guiné-Bissau, durante a colonização, cada região tinha um governador que eram apoiados por alguns chefes locais responsáveis pela cobrança de impostos e recrutamento das pessoas para mão de obra, e, por outro lado, assegurar que os agricultores entregassem os seus cultivos de rendimento nas sedes distritais (Crowley, 1993).

De acordo com Boahen (2010) a história da África jamais se sucedeu a tantas mudanças mais importantes e mais trágicas como o período entre 1880 a 1910, marcado pela ocupação e conquista de continente africano pelas potências imperialistas, e pela implantação do sistema colonial, principalmente no ano de 1910, que se caracterizou pela exploração do sistema e da consolidação, e durante o período entre 1880 e 1935, quando o continente africano

teve que enfrentar novos desafios dos colonialismos. Sobre esse assunto de mudanças políticas e exploração, Crowley (1993), afirmou que os portugueses obrigavam os líderes locais, neste caso, os “Régulos” a recrutar trabalhadores para as obras públicas. Vicente Cacante, de Pelundo, conseguiu recrutar habitantes do regulado de Pantufa a repararem casas, estradas, e cultivarem grandes campos de Amendoim. De 1912 à 1915 seguiu-se o período de anulação da monarquia, que marcou o início da dominação e implantação da administração colonial em Guiné-Bissau.

Antes disso, na década de 1880, Portugal iniciou ocupações de cunho militar que só foi completada no decorrer do século XX, e que resultou na dominação de Moçambique, Angola e Guiné (atual Guiné-Bissau). As potências europeias conseguiram conquistar a África graças às ações de exploradores e de missionários religiosos, que sabiam mais a respeito das zonas e das comunidades, além da economia e dos recursos, das culturas e, sobretudo, de como as sociedades africanas estavam organizadas, do que os administradores coloniais. Isso permitiu aos europeus criar as estratégias para ocupação efetiva do continente (Uzoigwe, 2010).

Houve muitas mudanças após o controle português na região de Cacheu, sobretudo no que diz respeito às cobranças de impostos para povos nativos. Portanto, percebe-se que desde os primeiros momentos da colonização, Portugal tinha como projeto explorar, por isso no início tentavam forçar uma aproximação de confiança com os chefes locais e se articulavam de todas formas, para a sua inserção no espaço comercial na região de Cacheu.

3. CAUSAS QUE LEVARAM OS LÍDERES NATIVOS A COLABORAR E RESISTIR PERANTE A DOMINAÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO DE

CACHEU

Na Região de Cacheu, durante o processo da implantação da administração colonial, os chefes locais contribuíram muito em suas ações de colaboradores dos portugueses, e ambigualmente estiveram em posição de resistência enquanto defendiam as culturas e as tradições da Guiné-Bissau. Betts (2010) argumentou que, na verdade os europeus dependiam das chefias tradicionais, ou seja, tornaram-se fundamentais para a estrutura administrativa colonial.

Antes da chegada dos portugueses já existiam rivalidades entre povos e etnias que contavam com o apoio de outros grupos étnicos. Quando os portugueses chegaram nos primeiros momentos de contatos, aproveitaram dessas rivalidades para aliarem-se com chefes tradicionais das etnias majoritárias a fim de atacar outra etnia rival, por acordos e promessas que faziam com os líderes locais, quase sempre não cumpridas. Foi possível que os portugueses dominassem a região de Cacheu com o apoio de alguns líderes locais, como foi o caso do apoio militar e apoio financeiro de um mercenário do Senegal, Abdul Njai⁷ que recrutou os mandingas e Saracolés⁸ em Casamansa, no Senegal, em sua maioria de muçulmanos. Depois da ocupação e conquistas, essas pessoas recrutadas continuavam a desempenhar papéis importantes na administração colonial portuguesa na região de Cacheu, ocupando vários postos de níveis baixos nas sedes distritais. (Crowley,1993). Perante o exposto, percebe-se então que nem todos os tratados foram à base da força, ou de obrigação moral, mas do pacto de alianças. Entretanto houveram casos que aconteceram passivamente, e isso aconteceu quase em todos os territórios dominados pelos portugueses na Guiné-Bissau.

Sobre esse assunto, Pélissier (2001) afirmou que o régulo Biafada Mamadú Boncó Sanhá⁹ do Badora decidiu associar-se com os portugueses para atacar Pepel e brames de Bissau que resistiam perante a dominação portuguesa. O que levou muitas das vezes os chefes locais aliarem-se com os europeus foi em razão da oportunidade de preservar a sua soberania, e obter vantagens sobre os seus inimigos locais. Por outro lado, o régulo Fula Mamadu Paté¹⁰ e o régulo biafada Unfali Soncó¹¹ ajudaram também os portugueses a bombardear algumas aldeias da margem do Rio Farim, inclusivamente nos arredores comandados pelo tenente António Caetano e os seus inimigos. O documento sobre serviços e negócios indígenas demonstrou que Boncó Sanhá e os outros régulos colaboraram com os portugueses onde recrutaram pessoas para atacar Pepel e Brames de Bissau, e o governo colonial agradeceu aos régulos pela ajuda e obediência, como mostra o documento¹²:

Louvando os indígenas Bonco Sanhá, Iussufo Baldé, Bacar Soncó e Demba Danedjo, régulos respetivamente, de Badora, Cossé, Cunhor e Ganadu, pelo zelo e obediente demonstrado no cumprimento das ordens superiores quando do recrutamento dos auxiliares que sob as suas ordens e por determinação do governo da colônia seguiram para Bissau por motivo da alteração de ordem pública ali ocorrida e provocada por indígenas Papeis e Brames. Bolama, 23 de dezembro de 1931, direção dos serviços e negócios indígenas, assinado por o substituto legal do diretor: Antônio Pereira Cardoso.

Com base nisso, pode-se compreender que durante o processo da implementação da administração colonial, possivelmente existiam vários tipos de apoio dos regulados a administração portuguesa. De forma semelhante, Una (2017), demonstrou que em 1607, o régulo de Guinália, da etnia Papel, cedeu aos portugueses a ilha de Bolama para que os portugueses se estabelecessem e os protegessem contra os ataques dos Bijagos. E à medida que vão ganhando espaços e confiança, começaram a programar os seus projetos de comércio na região. Na Guiné-Bissau antes da chegada dos portugueses a relação entre alguns chefes eram frequentemente hostil, portanto, quando os europeus chegaram alguns optaram por se juntar aos europeus para se beneficiar nas lutas contra seus inimigos.

Figura 4. Operação Militar contra Pepel e os Grumetes de Bissau¹³



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Por outro lado, Pélissier (2001) demonstrou que na região de Cacheu Teixeira Pinto mandou prender o regulo de Bassarel porque não

colaborava, e ordenou outro no seu lugar, razão pela qual, alguns chefes locais guineenses decidiram ajudar os portugueses a atacar Pepel e Brames de Bissau para não perder as suas soberanias, porque se eles se negassem poderiam se tornar inimigos dos portugueses.

Uzoigwe (2010) salientou que no período anterior aos anos 1880, na África existia só acordos dos líderes africanos com europeus sobre o tráfico de escravizados e o comércio, pois eles olhavam para a África como um lugar de se obter várias riquezas. Isso fez com que depois da conferência de Berlim, com a invasão e ocupação europeia no continente africano, comessem a surgir tratados nos quais alguns dirigentes africanos eram levados a renunciar a sua soberania em troca de proteção, e muitas das vezes comprometiam a não assinar nenhum tratado com outras nações europeias. Segundo Monteiro

Vários chefes locais se aliaram ao colonialismo e recusaram a participação nos processos de resistências por acreditarem em benefícios destes, no apoio para a consolidação no poder nos seus Estados e outros privilégios, que poderiam usufruir os portugueses colonialistas, tornando-se assim seus reféns (Monteiro, 2013, p.102).¹⁴

Conforme Péliissier, os líderes da etnia Fula, Mandinga e Biafada foram os principais colaboradores dos portugueses na Guiné-Bissau, e através das suas colaborações os portugueses conseguiram recrutar facilmente em Geba e Farim centenas de auxiliares, o que permitiu em 1894 se reunir uma força regular a sua volta, daí começaram a atacar em menos de duas horas Bandim e Intim. Em

1896 o governo português efetuou uma misteriosa penetração militar no Oio, graças ao Infali Soncó regulo biafada em Sambel Nhanta, que reuniu quatro mil auxiliares sob a sua autoridade em 1897 à margem direita do Rio Cacheu, onde foram submetidos aos portugueses. (Pélissier, 2001).

Cardoso (2004) na sua obra cujo Título “Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas 1910-1999”, demonstrou que a Política envolve muitas coisas, como negociações, lutas pelo acesso aos recursos, acomodações, poder, influência e conflito. Sendo assim, para ele, as ações praticadas por certos líderes tradicionais guineenses a partir dos finais do século XIX e princípios do século XX, são elucidativas destas interações, por vezes por cooperação, outras vezes por tensões e conflitos.

Outro caso a levar em consideração foi o tráfico de escravizados, que acelerou as rivalidades entre os líderes locais, envolvidos na venda dos seus em troca de benefício próprio. Alguns líderes na Guiné-Bissau contribuíram muito no fortalecimento do peso relativo de Portugal nas redes internacionais da economia durante a expansão comercial. Essas práticas eram dolorosas, desumanas e levaram os africanos a serem considerados objetos de troca no circuito das relações comerciais (Monteiro, 2013).

Foi no Rio Cacheu que se iniciou o primeiro embarque dos escravos guineenses para outros países, na época que ficou conhecida como o caminho de escravos, quando os escravos eram embarcados e levados para serem vendidos nas outras zonas. Os dados apresentados pela organização que instituiu o memorial de Cacheu, apontam que mais de 12 milhões dos africanos, transportados para as Américas e Europa, com crianças, homens e mulheres, teriam

sido levados a partir do Rio de Cacheu. Betts (2010) demonstrou que não existiria a colonização sem a inclusão da política indígena, porque ela abrangia o controle territorial e esses comandos territoriais, comandados pelos chefes tradicionais, possibilitou a efetivação do sistema administrativo colonial europeu, construindo assim, um elo entre as autoridades coloniais e a população nativa.

Por outro lado, alguns líderes locais, sobretudo os régulos, manipulavam o conflito entre o poder colonial e o PAIGC¹⁵ em benefício próprio. Certos chefes locais acusaram os rivais de colaboração com o PAIGC para ganhar confiança dos portugueses e melhorarem as suas próprias posições. Como no caso o régulo Manjaco da província de Costa Baixo, Baticã, entre outros, que se beneficiaram enormemente do regime colonial, pois em 1962 ainda apoiavam os portugueses, e acusavam Mangu, régulo de Caió de ter colaborado com o partido pro-nacionalista FLING (Frente para a Libertação e Independência da Guiné Portuguesa). Informaram os militares portugueses, que rapidamente capturaram Mangu e o mantiveram preso, primeiro em Canchungo e depois na ilha de Canhabaque até a sua morte (Crowley, 1993). Depois da luta armada que resultou a independência em 1973, vários desses líderes que colaboravam com os portugueses foram executados pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) incluindo o régulo Baticã que foi executado devido as atrocidades que cometeu sobre os seus súbditos. Outros foram rejeitados e relegados para um papel sem relevância, e alguns mantiveram-se nos seus cargos (Carvalho, 2003). Sendo assim, partimos do pressuposto de que, a relação entre os régulos e a administração colonial portuguesa, foi caracterizada por inúmeras fatores que norteavam o contexto vivido, entre os quais se destacou a posição política dos régulos perante a norma estabelecida com a

implementação da administração colonial, além das lutas internas entre os grupos ou povos pela manutenção da comunidade e do território.

Outro aspecto importante a considerar é que na Guiné-Bissau houve também a resistência de outros chefes locais africanos, pois nem todos colaboravam com os portugueses; alguns desempenharam papel das resistências contra a ocupação e organizaram-se em frentes para combater abusos e imposições do poder colonial. A resistência na região de Cacheu ocorreu em diferentes perspectivas, e as primeiras reações da população contra o governo colonial português foram contra os abusos de impostos e o trabalho forçado. Os chefes locais desafiavam as autoridades coloniais, visto em todas as etnias, principalmente os Papéis, Manjaco e os felupes. Depois, com a chegada do Salazar ao poder, o sistema colonial ganhou o cunho violento e opressivo em todo o território que estava sob o domínio português,

Na Guiné-Bissau as resistências tiveram dois tipos de características que são regionais e étnicas, devido a configuração social da Guiné, onde cada grupo pertence a uma terra, além dos processos das resistências que ocorreram em cada etnia. As resistências se intensificaram quando os portugueses instituíram os impostos em todas as regiões da Guiné em janeiro de 1904. Para facilitar esse processo eles dispensavam os chefes locais “régulos” de pagar os impostos e ainda ganhavam pelos seus serviços. Mesmo assim alguns chefes não ficavam felizes com aquela situação porque a terra lhes pertencia (Monteiro, 2013).

No ano de 1908, em Cacheu, os Felupes ameaçaram os portugueses e impediram os seus compatriotas de Bolor de pagar imposto de

palhota. De mesma forma, em 1914 os manjacos de região de Cacheu recusaram pagar os impostos aos portugueses. Mancanhas de Bula e Có também contestaram de forma desafiadora através dos chefes locais e os portugueses assassinavam os resistentes e incendiavam as tabancas negligentes. Os balantas, bijagós e manjacos além de se recusarem de pagar impostos assassinavam também os portugueses e os seus aliados, os assimilados (Monteiro, 2013). Crowley (1993) contudo, além de reforçar os argumentos anteriores salientado por Monteiro, também demonstrou que os Felupes e povo de Churo, assassinaram o Governador e emissários portugueses que foram cobrar impostos, além de que os líderes locais não aceitavam as pessoas pagarem impostos. Sendo assim, depois deste acontecimento, o governo português anunciou que nunca mais tentaria cobrar impostos para este povo e pediu a paz.

Segundo Silva e Santos (2014), já muito anteriormente, em meados do século XVIII, vários navios portugueses chegaram a Bissau pela terceira vez, no intuito de se construir uma fortaleza. Nessas três tentativas os Papéis não aceitaram e lutaram com os portugueses. Muitas pessoas morreram neste processo com os violentos confrontos.

Os Papéis são uma das etnias que mais resistiram durante colonização portuguesa. Provocavam desordens na praça, ameaçavam os comerciantes e atacavam os militares porque naquele período de 1898 a 1899 os portugueses exportavam a borracha, o amendoim, as amêndoas de palma e a Cera, e isso não agradava os Papéis de Bissau. No caso da Região de Cacheu, os Papéis do norte e os Churo, além de não pagarem os impostos, eles também proibiram os seus chãos aos grumetes, agentes das casas

comerciais, e isso contaminou os Balantas Bravos e os Papéis de Cacanda e de Pécáu de fazer o mesmo (Pélissier, 2001).

Por outro lado, em Bafata 1973 o chefe guineense religioso Aladje Zacarias Jau¹⁶ da tabanca de Buntunsum, declarou perante as autoridades coloniais que a guerra só terminaria quando os portugueses regressassem à sua terra; em menos de um ano a Guiné-Bissau tomou a sua independência (Fernandes, 1993). Na concepção teórica de Ranger (2010, p.68), o que estava em jogo na briga entre dirigentes africanos e os europeus não era só a dominação política, mas sim as tentativas europeias de manipulação econômica, e a luta dos chefes e movimentos da resistência eram dirigidas contra esse sistema.

Durante cinco séculos, de 1446 a 1973, os guineenses travaram sangrentas lutas de resistências contra os colonialistas portugueses, que obrigavam os povos nativos de pagar os impostos, ao cultivo forçado de produtos de exportação, serviço militar, trabalho forçado e a obediência às autoridades coloniais. Mesmo com essa obrigação houve grandes resistências dos guineenses durante esse período de aproximadamente cinco séculos (Monteiro, 2013). O Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) sob liderança do seu líder nacionalista Amílcar Lopes Cabral, conseguiu derrubar o império português em uma luta armada, que resultou na independência da Guiné-Bissau proclamado no dia 24 de setembro de 1973. Portanto, nota-se que mesmo com a obrigação do governo colonial português, alguns chefes locais resistiram durante a dominação portuguesa na Guiné-Bissau.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta os objetivos delineados para a produção deste artigo, conclui-se que a presença portuguesa na Guiné-Bissau teve início no século XV, inicialmente focada nos rios para facilitar o comércio de escravos, não se configurando inicialmente como uma colônia de exploração. Os portugueses estabeleceram relações com os régulos ou chefes locais, principalmente os das zonas costeiras e vias fluviais, buscando apoio para conquistar outras regiões. Presentes e falsas promessas eram oferecidos em troca de apoio. Além disso, a exploração econômica era uma prioridade para Portugal, que buscava estabelecer comércio de produtos locais, como escravizados, e enfrentava a resistência dos chefes locais quando estes viam seus interesses prejudicados. Portanto, com a dominação portuguesa, os sistemas de poder locais foram modificados, com chefes tradicionais sendo substituídos por indicações portuguesas, visando a maior controle sobre a população e a exploração dos recursos. Este processo foi marcado pela criação de normas jurídicas que norteavam o funcionamento da administração colonial.

No caso das colônias portuguesas, os portugueses impuseram a cobrança de impostos e o recrutamento forçado de mão de obra para obras públicas, visando aumentar suas receitas e fortalecer sua administração na região. Portugal conseguiu estabelecer sua dominação na região, mas enfrentou desafios como a resistência dos povos locais, mudanças políticas e econômicas, e a necessidade de manter o controle sobre vastos territórios. Sendo assim, observou-se que a colonização portuguesa trouxe impactos socioeconômicos significativos para a região, incluindo mudanças nos sistemas de produção, comércio e poder, além de tensões e conflitos entre as populações locais e as autoridades coloniais. Por outro lado, é marcada pela exploração dos recursos locais pelos

colonizadores e pela resistência dos povos africanos, que lutaram contra as imposições e abusos do poder colonial. Em relação ao papel desempenhado pelas chefias locais e as autoridades portuguesas, constatou-se que durante o processo de colonização, esses líderes desempenharam papéis multifacetados, que giravam entre a colaboração com os colonizadores e a resistência contra a dominação estrangeira. Como evidenciado por diversos autores, os chefes locais foram peças-chave na efetivação do sistema administrativo colonial, sendo frequentemente utilizados pelos portugueses como intermediários para consolidar o controle territorial e administrativo.

Portanto, na minha análise, gostaria de ressaltar que a colaboração de alguns líderes locais não foi homogênea, e suas motivações variaram conforme as circunstâncias políticas, sociais e econômicas da época. Alguns líderes optaram por se aliar aos portugueses visando preservar a sua soberania, obter vantagens sobre seus inimigos ou simplesmente assegurar sua própria posição de poder. Por outro lado, houve também resistência por parte de líderes que se opuseram ativamente à presença colonial, muitas vezes organizando formas de resistência e desafiando as imposições dos colonizadores. Além disso, as rivalidades étnicas pré-existentes na Guiné-Bissau foram exploradas pelos portugueses para fortalecer seu domínio, o que resultou em conflitos internos entre os próprios nativos. As estratégias de manipulação e coerção utilizadas pelos colonizadores, como a imposição de impostos e o recrutamento forçado, foram contestadas por diversos grupos étnicos, que responderam com formas variadas de resistência, desde manifestações pacíficas até confrontos violentos.

Por fim, gostaria de destacar a importância que Amílcar Lopes Cabral teve no processo da luta armada na Guiné-Bissau. Foi um líder revolucionário, um dos fundadores do PAIGC, Partido que lutou pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ele nasceu em Bafatá 1924, uma região que fica no leste da Guiné-Bissau. Estudou agronomia em Lisboa no Instituto Superior de Agronomia (ISA) antes de se tornar um político, e além disso, era poeta e escreveu vários livros e artigos sobre lutas que ainda inspiram as pessoas nos dias atuais. Em 1963 liderou a guerra de luta armada contra os portugueses, onde uniu diferentes grupos étnicos e sociais guineense para a luta. Foi assassinado em 20 de janeiro de 1973, antes da independência. Ele acreditava que a luta pela independência não era só apenas por questões políticas, mas também por independência cultural e social. Foi um grande exemplo para a sociedade guineense, sempre através da sua determinação, de sua força e coragem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, (Coleção de cartografia Manuscrita) Disponível em: <https://ahu.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/24/2017/08/PT-AHU-CARTM-GUINE.pdf>

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. *in* **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.

BOAHEN, Albert Adu. África diante do desafio colonial. *In*: **História Geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. BOAHEN, Albert Adu (Org.). Vol.: VII. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 1-20.

CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999). *In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. 2004.

CARTA da Colônia da Guiné, (Mapa Cartográfico) Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170353/cart170353.jpg. Acesso em: 29/04/2024.

CARVALHO, Clara. Revitalização do poder tradicional e os Regulados Manjaco da GuinéBissau, **Revista Soronda**, n 7. Bissau: INEP, 2003.

Citação: (1931), Sem Título, Fundação Mário Soares / C1.6 - Secretaria dos Negócios Indígenas, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10424.183> (2021-10-13); Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa. Bissau pasta: 10424 183.

CROWLEY, EVE. Chefes de posto e chefes da terra, dinâmicas de dominação e autodeterminação na região de Cacheu. **Revista Soronda** v. 15. Bissau INEP, 1993.

FERNANDES, Raúl Mendes. Partidos únicos e poderes tradicionais. **Soronda**: revista de estudos guineenses, v. 16, p. 39-45, 1993.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: gênero e poder** em Book e Bontche. Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Antropologia UFC / UNILAB, Mestrado Em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**. TOMO II (Do Século XIX Aos Nossos Dias). EDUFBA, Casa da Áfricas, 2011.

MENDES, Virgínio Vicente. **Rituais de iniciação do povo Manjaco da Guiné-Bissau:** Adivinho/Napene e Régulo/Namantch. 2017.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau:** da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Relações África-Brasil: o que seria? **Novos olhares sociais**, v. 1, n. 1, p. 6-25, 2018.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné, Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936.** Vol II, 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 2001.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África**, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 51 – 72.

RIBEIRO, Carlos. A articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial (os crioulos como embrião da Nação guineense). *In: A construção da nação em África:* os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S.Tomé e Príncipe. Bissau: INP, 1989, P.219-242.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau:** um roteiro. Porto, Portugal: Fronteira do Caos, 2014.

UNA, Lásaro Uassena. **Comparação do colonialismo português na Guiné-Bissau e Cabo Verde 1885-1973\75**. Monografia-curso de Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, UNILAB, São Francisco do conde, 2017.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. *In*: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África**, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 21 – 50. Acesso em: 05/12/2023.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² **Reino de Bassarel** Situava-Se na Atual Região de Cacheu, Pertencia aos Povos Conhecidos Como Pepél, Mandjakos e Burames (Ribeiro, 1989).

³ **Tiramakhan Traoré** Foi Um General do Império de Mali Durante o Reinado do Sundiata Keita, Cujo Poder Se Estendeu para o Oeste, Criação do Reino de Kaabu.

⁴ **Conferência de Berlim** - Foi Caracterizada por Uma Série de Encontros e Reuniões de Cunho Político Que Ocorreram Entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro De1885, nas Quais Foram Estabelecidos Acordos Entre as Potências Europeias para a Colonização e a Exploração Econômica da África.

⁵ Disponível em: <https://Ahu.dglab.gov.pt/Wp-Content/Uploads/Sites/24/2017/08/Pt-Ahu-Cartm- Guine.pdf> – Acessado em: 28/04/2024

⁶ Disponível em: <https://Ahu.dglab.gov.pt/Wp-Content/Uploads/Sites/24/2017/08/Pt-Ahu-Cartm-Guine.pdf> -
Acessado em: 28/04/2024

⁷ **Abdul Njai** - Na Guiné Portuguesa Século Xx, Auxiliou os Portugueses nas Missões Militares

⁸ **Saracolé** é Um Grupo Étnico na Guiné-Bissau

⁹ **Mamadú Bonco Sanha** Foi Um Régulo, “Chefe Local da Aldeia” de Badora, no Leste do País, no Período da Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau.

¹⁰ **Mamadú Paté**, Régulo da Etnia Fula, Região de Gabu, no Período Colonial

¹¹ **Unfali Soncó**, Régulo da Etnia Biafada, Região de Bafatá

¹² Citação: (1931), Sem Título, Fundação Mário Soares / C1.6 - Secretaria dos Negócios Indígenas, Disponível HTTP: <http://Www.casacomum.org/Cc/Visualizador?pasta=10424.183> (2021-10-13); Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa. Bissau Pasta: 10424 183 Assuntos: Sobre Louvor aos Chefes Indígenas Boncó Sanhá, Iussufo Baldé, Bacar Sancó e Bemba Danedjo, Pelo Zelo com Que Procederam Ao Recrutamento de Auxiliares nos Seus Territórios para Combater Insurreição de Papéis e Brames em Bissau.

¹³ Disponível em: <https://Ahu.dglab.gov.pt/Wp-Content/Uploads/Sites/24/2017/08/Pt-Ahu-Cartm-Guine.pdf> -
Acessado em: 28/04/2024.

¹⁴ Regulo é o Principal Líder Ou Chefe de Uma “Tabanca”, Que Se Refere Ao Que Chamamos de Aldeia. O Reégulo é Quem Toma as Decisões Finais e Representa a Sua Tabanca nos Assuntos Políticos do Seu Território. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

¹⁵ **Paigc** - Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde, Movimento Que Lutou e Derrubou o Império Português, Foi Fundado Pelo Seu Líder Nacionalista Amílcar Cabral, Juntamente com Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida e Fernando Fortes. O PAIGC Foi Uma Representação Política Expressiva, Que Durante os Processos Árdus da Luta de Independência Serviu de Portador de Uma Mensagem de Libertação a Todos Guineenses na Representação Política do Estado Nação (Monteiro, 2013, P.74).

¹⁶ **Aladje Zacarias Jau** Foi Um Líder Religioso “Muçulmano” da Aldeia de Buntunsum, Leste da Guiné-Bissau.